

DISCURSO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: OS MODOS DE IDENTIFICAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER EM DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA

Virgínia Leal (UFPE)
mariavirginialeal@gmail.com
Jaciera Josefa Gomes (UPE)
jaciarajgomes@gmail.com

Introdução

Três dias do mês de maio de 2014 foram suficientes para que o estado de Pernambuco, reconhecido e premiado internacionalmente pelo Pacto pela Vida, programa de segurança pública estadual, fosse ao topo de todas as manchetes com números alarmantes de violência urbana. Tudo em virtude da greve¹ deflagrada pela Polícia Militar em 13 de maio do corrente ano. O fato fez com que a Força Nacional de Segurança viesse ao estado, a pedido do governador João Lira Neto, ajudar a coibir o que ficou conhecido como “onda de violência”. A divulgação dos atos teve projeção nacional, mas selecionamos os três jornais locais de maior circulação (Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco) para refletirmos sobre o modo como os atores sociais foram identificados e que relações de poder podem ser (des)veladas nos discursos analisados.

A compreensão dos estudos do discurso como estudos críticos da linguagem em sociedade nos move a pensar sua inter-relação com discussões que estão na ordem do dia, como as referentes a questões de cidadania e direitos humanos. Na modernidade, questões de saúde pública, raça, etnia, gênero, violência, sexualidade, entre outras, afloram e nos fazem perceber o quanto a humanidade precisa avançar em busca de um mundo menos desigual e, conseqüentemente, mais justo. Desse modo, retomamos o pensamento de Giddens (1991) que, em sua *Ciência Social Crítica*, defende a ideia de que estamos vivendo as conseqüências da modernidade tardia. Tais conseqüências são resultantes de descontinuidades marcadas por traços como separação de tempo e espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade. Para o sociólogo, no âmbito das instituições sociais, a modernidade é multidimensional e, nela, cada elemento tradicional (capital, indústria e controle da informação) representa algum papel.

Nossa ideia é problematizar as relações entre direitos humanos e exercício da cidadania, através de práticas textuais e discursivas, na sociedade contemporânea, sob a perspectiva da análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2001; 2003). Buscamos desenvolver reflexões que mostrem como essa área possibilita compreender o papel desempenhado pelo discurso na relação entre direitos humanos e cidadania. Com base nos postulados de Fairclough (2001 e 2003), buscamos investigar o modo como os atores sociais se identificam e identificam os outros, por meio do *processo de avaliação*, processo identificacional que revela as apreciações próprias do enunciador. O corpus que nos serve de análise são textos divulgados na imprensa pernambucana sobre os saques realizados na

¹ O movimento foi deflagrado em 13 de maio e durou até o dia 15 do mesmo mês.

cidade de Abreu e Lima, localizada na região metropolitana do Recife, durante a greve da polícia militar de Pernambuco, em 2014. Para tanto, recorremos ainda a ideia de dominação enquanto abuso de poder (VAN DIJK, 2008) e satisfazemos a criticidade avaliando o discurso dominante a partir de experiências dos grupos dominados.

1. Análise crítica do discurso: uma leitura de Fairclough

A análise crítica do discurso (ACD) é uma abordagem que trata a dimensão ideológica na construção do sujeito e na constituição do discurso. Esse tratamento se dá de forma dinâmica, conferindo especial interesse à transformação/ manutenção das relações de poder, bem como à luta travada no processo de mudança discursiva. O interesse crescente das ciências humanas pelo estudo do discurso vem promovendo um desenvolvimento considerável sobre o tratamento teórico-metodológico do tema que já teve o foco voltado quase que unicamente para os aspectos estruturais, como também para aspectos discursivos relacionados à ideologia e às relações de poder que se estabeleciam nos textos (Halliday e Pêcheux), mostrando haver ainda um desequilíbrio entre os elementos sociais e os linguísticos (FAIRCLOUGH, 2001a). Atualmente, muitas dessas perspectivas já não satisfazem as metodologias de análise no campo dos estudos do discurso, como é o caso da perspectiva adotada neste estudo.

No projeto da ACD, estão reunidos linguistas críticos (Fairclough, Wodak, Van Dijk, entre outros) que comungam da ideia de que fatores econômicos e sociais são refletidos na variação discursiva que, por sua vez, expressa tais aspectos sociais. Partilham ainda a necessidade de ressaltar na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder o papel imprescindível da linguagem. Daí porque, nesse processo de como a linguagem favorece o domínio de umas pessoas sobre outras, buscam também elevar o a conscientização do povo. Assim, objetivam mostrar a imbricação das estruturas sociopolíticas com as práticas linguístico-discursivas (PEDRO, 1997).

Baseamo-nos principalmente nos postulados de Fairclough (1997, 2001a) porque julgamos que suas ideias permitem um tratamento adequado e eficaz para responder a nossa pergunta de como se dão as representações de violência e sexualidade do funk, de modo a naturalizar ou mesmo legitimar relações de poder e dominação. Concordamos com o linguista britânico quando defende que tais aspectos se materializam nas relações entre classes sociais, na produção econômica, mas também em desigualdades relacionadas a questões de raça e sexo. Com isso, negamos que tal posicionamento seja reducionista e até que revele certo determinismo uma vez que percebemos que o controle dos dominados pode ser negociado e que a mudança discursiva e, inclusive, a social podem se realizar por meio de estratégias de negociação. Logo, tais estratégias não pertencem unicamente a um único grupo (dominador), mas é parte de construções sociais e culturais em que o próprio sujeito se constitui, quando afirmamos que a “suposta” adoção de um discurso religioso, revela o uso eficiente da linguagem com vistas a conseguir outro espaço social.

Ao adotarmos os estudos de Fairclough como a principal base teórico-metodológica desse artigo, não negamos a pertinência de outras perspectivas, como por exemplo, a teoria cognitiva de Van Dijk (1997, 2004), até porque não vemos essas abordagens como excludentes. Afirmamos isso com base no fato de que, além de partilharem dos mesmos princípios e objetivos, não vemos discordâncias ou contradições no que apresentam de diferentes ou no que se distanciam. Isso porque Van Dijk compreende as estruturas cognitivas como parte de processos sociais que constituem os

sujeitos, ou seja, são as histórias de vida que dão origem às subjetividades. Por essa razão, defendemos a localização dos estudos de Van Dijk na ACD e, por tanto, também nos valemos de alguns de seus postulados para compreender a constituição de atores sociais nas representações sociais do funk.

Nesse sentido, discordamos parcialmente de Fairclough (2001a) quando argumenta que o sujeito produz o mundo por práticas moldadas inconscientemente. Diferentemente do autor, acreditamos que existe uma dimensão cognitiva que colabora para a negação ou a associação a certas práticas. Dimensão essa que não invalida, nem mesmo limita, o papel das estruturas sociais e das relações de poder existentes nas práticas sociais. Contudo, não acreditamos que essa “consciência” seja exercida em toda e qualquer prática, ou mesmo por todo e qualquer sujeito. Isso porque defendemos que a consciência é parte de um conhecimento sobre a dominação a que o sujeito está exposto, e até mesmo que é parte de estratégias linguísticas a que o sujeito recorre para obter um maior êxito em seu empreendimento discursivo. Ou seja, somente o ser que se apropria da realidade que o cerca e tem domínio, por menor que seja o domínio, da linguagem, é que acessa com propriedade e conscientemente os seus recursos.

Assim, estamos de acordo com Fairclough (2001a) quando argumenta que é preciso ir além da produção de sentidos para compreender a natureza das práticas sociais, como mostramos mais adiante. Ao formular um arcabouço teórico que integra não apenas formas e funções da linguagem, mas que, sobretudo, toma o contexto como um conceito essencial, Fairclough (1997 e 2001a) mostra que a ACD é uma abordagem em que o sujeito não porta uma autonomia relativa; pelo contrário, a ACD trata de uma noção de sujeito que, por ser um ator ideológico, tanto constrói como é construído socialmente em processos discursivos. Daí porque, para os estudiosos dessa perspectiva, como a sociedade é organizada por meio tanto de estruturas sociais como ideológicas, entender a linguagem compreende entender os contextos sociais de seu uso. Nesse sentido, Pedro (1997) explica que, no projeto da ACD, é necessário considerar que os seres humanos são socializados e que tanto as subjetividades humanas quanto os usos linguísticos se efetivam em contextos sociais e culturais, em que são salientes ideologias e desigualdades sociais. Vejamos:

Na ACD, encontramos um processo analítico que julga os seres humanos a partir de sua socialização, e as subjetividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais. (PEDRO, 1997, p. 21)

Fairclough (2001a) retoma, em sua teoria social do discurso, suas influências para explicar e justificar com maior precisão que mudanças sociais e culturais mais amplas podem ser percebidas em mudanças no uso linguístico. Assim, para mostrar quão importante é o uso social da linguagem e que isso não é um fato recente, o estudioso apresenta em três momentos as contribuições fundamentais que influenciam seu trabalho e fomentaram o desenvolvimento dos estudos do discurso, a saber: 1) a teoria marxista, os estudos de Gramsci e de Althusser que conferiram destaque, na reprodução social moderna, ao significado da ideologia; bem como os estudos de Pêcheux que compreendem a ideologia materializada linguisticamente no discurso; 2) o pensamento de Foucault que ressalta como a linguagem evidencia, nas formas modernas de poder, a relevância das tecnologias; 3) as ideias de Habermas que enfatizam como a linguagem é estrategicamente usada para que as pessoas realizem certos atos, mostrando dessa forma que os usos

comunicativos da linguagem são deslocados para que os sistemas da economia e do Estado permitam o domínio das pessoas, da vida, do mundo.

Para Fairclough (2001a), é importante o estreitamento dos limites entre as ciências sociais e a existência de uma diversidade teórica e prática como elementos fundamentais para a superação da ideia de que a linguagem é transparente e da pouca explicação dada aos conceitos de ideologia e poder por tentativas anteriores de relacionar os estudos linguísticos e a teoria social. Nesse sentido é que Van Dijk (2004, p. 11) lembra a dificuldade em “estabelecer distinções disciplinares precisas no campo de estudos do discurso”, que para ele é caracterizado como um campo interdisciplinar, uma vez que mescla métodos e teorias sociais e linguísticos. Já Pedro (1997) explica que a abordagem da ACD é necessariamente multidisciplinar devido, sobretudo, à complexidade dos problemas sociais que são tomados para o desvelamento das também complexas relações entre dominação e discurso. Objetivando dar conta dessa complexidade é que Fairclough (2001a) desenvolve o modelo tridimensional de análise discursiva da mudança social, conforme mostramos mais adiante.

2. Processo avaliativo: modos identificacionais do discurso

A *avaliação* é uma categoria utilizada por nós para verificar os processos avaliativos presentes nos discursos. Trata-se de uma categoria que pode ser subclassificada em três outros conteúdos, a saber: o grupo das *afirmações avaliativas*, o grupo das *afirmações que utilizam verbos de processo mental afetivo*, e, por fim, o grupo das *presunções valorativas*. Ramalho e Resende (2011) justificam a ligação dessa categoria a processos identificacionais particulares devido a revelarem apreciações e perspectivas próprias do locutor, que ele avalia como boas ou ruins, por exemplo.

Quando apresentarmos um juízo de valor sobre algo, estamos fazendo *afirmações avaliativas*. Isto implica que afirmamos ser esse algo desejável ou não, bem como também ele pode ser relevante ou não. De acordo com Fairclough (2003a), realizamos afirmações desse tipo através de um verbo, um advérbio, um atributo, ou até por meio de um sinal de exclamação. A exemplo do que ocorre na proposta da teoria sistêmica-funcional para a modalidade como variando de graus de intensidade, há uma variação de baixa a alta intensidade. Assim, adjetivos e advérbios podem ser agrupados numa relação semântica contínua entre bom/ótimo/excelente.

A utilização de verbos como detestar, gostar e amar, diz-se que fazemos *afirmações com verbos de processo mental afetivo*. A subjetividade é o que marca a dimensão afetiva das avaliações. Além de o autor se colocar explicitamente no texto, é possível observar também uma afinidade variável entre baixa e alta, como nas afirmações avaliativas.

Quando, além de nos valermos do “dito”, recorremos ao não dito, ao presumido, para construir o significado, diz-se que estamos diante de *presunções valorativas*. Fairclough (2003a) salienta a importância de identificarmos o que está presumido para desvelarmos as ideologias subjacentes na sustentação de certas relações de poder. Em consonância com essa perspectiva estão os argumentos de Bakhtin (2000) sobre a importância da entoação no desvelamento de julgamentos de valor presumidos. Para o autor, faz-se necessário nesses atos sociais regulares e essenciais considerar não apenas o verbal, mas também o extraverbal. Como o corpus de nossa pesquisa são letras de músicas, vamos atentar também para a entoação no processo de construção de sentidos nas canções. Vejamos o exemplo a seguir:

Exemplo 1 – Diário de Pernambuco²

A Força Nacional e o Exército foram para as ruas com tanques de guerra para inibir novas investidas. **Não foi suficiente.** O cenário de guerra civil instaurado na noite da quarta (14) em Abreu e Lima se repetiu em outros municípios. **A onda de boatos foi atropelada por uma realidade ainda pior.** No Recife, uma vítima reagiu e matou o assaltante em plena Avenida Domingos Ferreira. Lojas de eletrodomésticos e supermercados foram os maiores alvos.

Não é apenas a utilização do adjetivo pior atribuído à realidade que revela a avaliação negativa que o jornal faz do ocorrido. Toda a sequência de atos apresentada contribui para a construção da gravidade do que o veículo trata como consequências da greve. É bem provável que ninguém em sã consciência defenda ou avalie a violência de forma positiva. Entretanto, quando a avaliamos desse modo e apontamos a greve da Polícia Militar como tendo deixado esse saldo, estamos responsabilizando, ainda que indiretamente, os grevistas pelos atos registrados. A afirmação sobre a insuficiência da ajuda é feita de forma absoluta, sem deixar margem a dúvidas.

Outro importante aspecto a considerar é a entoação. Bakhtin (2000) explica que *juízos de valor* presumidos são atos sociais regulares e essenciais. O autor esclarece que é na *entoação*, responsável por relacionar o discurso verbal e o contexto extralinguístico, que os juízos de valor encontram sua expressão mais pura. Assim, a entoação é social por excelência.

3. Modos de identificação e relações de poder: análise de discursos sobre a violência na pós-modernidade

Para compreendermos as perspectivas de atuação no mundo, recorreremos aos estudos de Giddens (1991), sociólogo britânico, que em sua *Ciência Social Crítica*, defende a ideia de que estamos vivendo as consequências da modernidade, designada por ele como modernidade tardia. Tais consequências resultaram em descontinuidades marcadas por traços como separação de tempo e espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade. O sociólogo sugere que, no âmbito das instituições sociais, a modernidade é multidimensional e que, nela, cada elemento tradicional (capital, indústria e controle da informação) representa algum papel.

Para dar conta do dinamismo e da ordem global das instituições modernas, bem como da natureza das descontinuidades, Giddens (1991) explica que tempo e espaço foram separados e recombinaos de modo a estabelecer relações diversas entre as atividades sociais. Para tanto, o crítico se vale da padronização do tempo³ e da separação entre espaço e lugar, fato que levou ao desenvolvimento do “espaço vazio”⁴, como traços dialéticos que

²Trecho recortado de texto disponível em http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/05/16/interna_vidaurbana.504315/greve-da-policia-militar-deixa-rastro-de-vandalismo-roubos-e-mortes-em-pernambuco.shtml (acesso em 10/08/2014).

³Giddens (1991) identifica a invenção e difusão do relógio mecânico como um importante passo no processo de “esvaziamento do tempo” que favoreceu, segundo ele, o “esvaziamento do espaço”.

⁴Para Giddens (1991), tanto o fato de o espaço poder ser representado sem referência a um local privilegiado, quanto a possibilidade de diferentes unidades espaciais poderem funcionar em substituição ao espaço específico, formam conjuntos de fatores essenciais para o desenvolvimento do “espaço vazio”.

provoca características opostas, no mundo moderno, e que são condição para o mecanismo de desencaixe, segundo elemento de descontinuidade. O sociólogo salienta por ainda que uma genuína estrutura de ação e experiência, histórico-mundial, é formada a partir da recombinação entre tempo e espaço.

Giddens (1991, p. 29) se refere ao desencaixe como o “deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. O estudioso distingue dois tipos de mecanismos de desencaixe. Um é a criação de fichas simbólicas, como o dinheiro, por exemplo, que é um meio de intercâmbio. Todavia, o sociólogo não concebe o uso da linguagem como uma ação social específica, como o dinheiro que é posto como “fundamental para o desencaixe da atividade econômica moderna” (idem, p. 33). Outro tipo de mecanismo de desencaixe é chamado por estabelecimento de sistemas peritos. Tais sistemas são responsáveis por organizar grandes áreas, material e social, de nossa vida cotidiana atual, já que são de excelência técnica ou competência profissional. Ademais, conseguem remover, das imediações do contexto, as relações sociais. Giddens (1991) lembra que os dois tipos de desencaixe, além de promoverem, pressupõem a separação entre tempo e espaço.

Concluindo suas ideias sobre as descontinuidades do dinamismo moderno, Giddens (1991) discute a importância da reflexividade. Para ele, toda ação humana é definida pela reflexividade. Assim, argumenta que a reflexividade indiscriminada é uma suposição característica da modernidade. Logo, nós constantemente examinamos e reformamos nossas práticas sociais a partir de informações renovadas dessas mesmas práticas. Com isso, podemos entender que a prática dos discursos jornalísticos parece não ter sido atualizada no sentido de que permanece responsabilizando, de forma unilateral, o trabalhador, pelas consequências de uma greve. Desse modo, há uma refração entre pensamento e ação constantemente. Sobre a relação entre esses aspectos, Chouliaraki e Fairclough (1999) indicam que, na modernidade, os atores sociais se utilizam de informações vindas de fora. Daí porque sugerem ter sido a reflexividade externalizada. Vejamos outro trecho:

Exemplo 2 – Jornal do Commercio⁵

A greve dos bombeiros e policiais militares em Pernambuco, iniciada na última segunda-feira, **chegou ao fim na noite desta quinta-feira e deixou estragos**. Foram dias de tensão, saques, assaltos, arrastões, prisões, mortes e boatos espalhados pelas redes sociais. **A cidade parou**. Para tentar conter os tumultos e garantir a segurança da população, o Governo do Estado pediu apoio das tropas federais e integrantes da Força Nacional de Segurança e do Exército, que desembarcaram no Recife no início da manhã.

No caso de nosso estudo, um aspecto importante a ser discutido no contexto da modernidade é o papel da mídia. Esta desencaixa formas simbólicas de seus contextos comuns para reconfigurá-las em novos e diferentes contextos, como podemos verificar no exemplo 2. Cabe aos atores sociais decodificar os bens simbólicos a que têm acesso. Thompson (1998) lembra que os indivíduos, ao interpretarem os bens simbólicos, passam a

⁵Texto disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2014/05/16/greve-da-pm-chega-ao-fim-com-saldo-de-saques-arrastoes-e-prisoas-no-grande-recife-128151.php> (acesso em 10/08/2014).

usá-los para reflexão e auto-reflexão, incorporando-os na compreensão de si e dos outros. Contudo, é pertinente atentar para o fato de que a apropriação de materiais simbólicos não é globalizada como sua difusão, mas sim localizada, uma vez que é em contextos sociohistóricos específicos que os indivíduos se apropriam de tais produtos.

Assim, os discursos, no contexto moderno, podem apresentar um elevado grau de compartilhamento e repetição participando de diferentes tipos de texto e gerando diferentes representações. Isto ocorre porque os discursos apresentam uma estabilidade variável. Ademais, os discursos variam em escala desde representações localizadas a representações globais, podendo abrigar, em parte do mundo, um sem-número de práticas na vida social. Em razão disso, podemos afirmar que certos discursos (o neoliberal, o religioso), por apresentarem um elevado grau de repetibilidade, atuam em escala global, influenciando diversas práticas (BOURDIEU, 2010).

Em um único texto diferentes discursos podem ser articulados de modo a cooperar ou competir uns com os outros⁶. Resende e Ramalho (2006) lembram que, quando a articulação entre discursos se dá por meio de competição, um discurso é negado para que outro seja afirmado. Logo, há um discurso protagonista e outro antagonista. Além disso, diferentes discursos podem representar um mesmo aspecto do mundo. Tal representação acontece através de relações dialógicas que podem ser harmoniosas ou polêmicas.

É importante dizer que, nas lutas hegemônicas, um instrumento bastante útil é a universalização de representações particulares. Fato que permite a legitimação de discursos particulares, seja para questionar, seja para manter hegemônias. Esses aspectos possibilitam visualizar a relação entre os conceitos de discurso e luta hegemônica, bem como evidenciam a atuação de ideologias no processo de manutenção de hegemônias, ainda que simbolicamente.

No processo de lutas hegemônicas, as mídias também têm se destacado. É inegável que grupos restritos tiveram a possibilidade de divulgar seus discursos particulares com o acesso maior a novas formas de comunicação. Nesse cenário, as novas tecnologias têm um papel fundamental na disseminação de múltiplos discursos. Logo, atualmente, o manuseio de informações reconfigura as atividades sociais e os atores sociais também.

Através dos estudos sobre a afirmação das categorias de identidades e de diferenças, enquanto construções simbólicas, podem ser percebidas não somente relações de poder, como também lutas pela (re)definição de ambas as categorias. Isto porque, para os estudos culturais (WOODWARD, 2000; HALL, 2006; SILVA, 2000), identidade e diferença são ativadas no discurso por serem atos de criação linguística que criam o mundo social. Nesse contexto, Fairclough (2003a) argumenta que tanto identidade quanto diferença, por estarem relacionadas às formas pela quais a sociedade produz e cria classificações, tornam-se fundamentais nos estudos críticos, já que possibilitam desvelar relações de dominação. Vejamos o que postula Hall (2000, p. 109) a esse respeito:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de

⁶ Esses diferentes discursos, em um único texto, podem ser observados no texto de que recortamos o exemplo 1, do Diário de Pernambuco (ver nota 2).

poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.

Sobre essa relação dialética entre identidade e diferença, Resende e Ramalho (2006) defendem a ideia de que através da representação é que tais categorias se relacionam a sistemas de poder. Em consequência, salientam a importância desse estudo no questionamento de sistemas legitimados que dão suporte na atribuição de sentido seja da identidade, seja da diferença.

Hall (2006)⁷ nega a existência de uma identidade fixa, essencial e permanente. Para ele (idem, p.13), a formação de transformação da identidade se dá de forma contínua e é definida historicamente através das formas como “somos representados ou interpelados nos discursos que nos rodeiam”. Assim, o estudioso também nega a existência de um “eu” coerente e unificado. Em contrapartida, defende que momentos diferentes reclamam identidades diferentes. Isto implica reconhecer a (co)existência de identidades contraditórias que passam por deslocamentos também contínuos. Observemos o exemplo abaixo:

Exemplo 3 – Folha de Pernambuco⁸

O apoio veio da **Coordenação de Operações e Recursos Especiais (CORE)**, além de **todas as unidades especializadas e demais delegacias da Polícia Civil**. Ao todo, 180 policiais e 59 viaturas foram empregadas para manter a ordem. A **corporação** contou também com a **Companhia Independente de Operações na Área de Caatinga (CIOSAC)**, formada por profissionais da Polícia Militar que não entraram em greve, e da Polícia Rodoviária Federal. Dentre os delitos registrados foram: furtos, roubos, perturbação do sossego, porte ilegal de arma de fogo, dano qualificado, entre outros.

A própria imprensa construiu diferentes identidades da polícia, inclusive em um mesmo texto. Se por um lado os policiais grevistas foram responsabilizados pelo caos que se instaurou no estado, por outro, foi um momento de efetiva ação policial. Logo, parece que a polícia atuou muito mais no período em que estava em greve. Isto revela uma contradição que expõe o plano estadual de segurança pública, tão aclamado pelo governo.

Além disso, ao mesmo tempo em que expõe a polícia, a mídia fortalece a imagem de sua necessidade e efetiva participação social. Van Dijk (2008), ao discutir o poder enquanto dominação, ressalta a necessidade do poder e de sua manutenção para o desenvolvimento da sociedade. Logo, quando a imprensa local expõe os atos de

⁷ Não problematizamos aqui as diferenças entre a concepção de Hall (2000) sobre a modernidade, que para ele é pós, e a concepção de Giddens (1991) que pensa numa modernidade tardia porque estabelecemos uma aproximação entre ambas as perspectivas, sobretudo, em relação às descontinuidades contemporâneas que contribuem para o florescimento de identidades em fluxo.

⁸ Texto disponível no site da Folha de Pernambuco, o terceiro jornal de maior circulação em Pernambuco: <http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohpe/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/05/0284.html> (acesso em 10/08/2014).

vandalismos que se alastraram por todo o estado, revela a necessidade do poder de polícia para a manutenção da ordem social. Isto fica evidente também quando os atores das ações violentas não são individualizados, mas apresentados de forma bem genérica (grupos, pessoas), ou ainda prioriza os delitos mais não atribui autoria, o que podemos observar no exemplo 3.

Essa multiplicação de sistemas de significação e representação cultural nos coloca em confronto com possíveis identidades também desconcertantes e cambiantes com as quais podemos nos identificar, ainda que apenas por um instante. Rajagopalam (1998) concorda com essa visão sobre as identidades, já que entende sua construção também em fluxo permanente. Aspecto que, para Hall (2006), explica o fato de serem as identidades modernas ‘descentradas’, isto é, constantemente deslocadas e fragmentadas.

Conclusão

No presente estudo, buscamos refletir criticamente sobre os modos de identificação e as relações de poder presentes em discursos sobre a violência. Esta é referida aqui como inscrita nos atos registrados no período de greve da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares que aconteceu em Pernambuco no mês de maio de 2014. Procuramos mostrar que, em um único texto, analisamos diferentes modos de identificação dos atores sociais, como da polícia que é responsável pelos atos de violência, mas também a coíbe com eficiência.

Com a análise da *avaliação*, identificamos que o discurso da imprensa pernambucana revela muitas afirmações categóricas. Logo, a mídia não se furta a construir afirmações nem negações absolutas seja para criticar a realidade a que estamos sujeitos e, conseqüentemente, a voltar-se contra ela, seja para reafirmar a culpabilidade da polícia como um elemento essencial para o desenvolvimento dos papéis sociais atribuídos a esta instituição.

Sobre as relações de poder, observamos que o poder de polícia se impõe como necessário à manutenção da ordem social, ainda que de forma contraditória. Isso porque no processo de identificação dos atores dos delitos não há, em geral, uma identificação dos responsáveis, o que nos leva a pensar que qualquer cidadão foi transformado em potencial violador da lei, na ausência da polícia. De modo a conservar comportamentos hegemônicos sobre o direito de greve, a imprensa local reproduziu o discurso de que o grevista é o único causador da desordem.

Referências bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: desafios para o Século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (orgs.). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2007, p. 335-350
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso, Mudança e Hegemonia. In: Emília Ribeiro Pedro, (org.). *Análise Crítica do Discurso: Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*. Lisboa, Caminho, p.p 77-103, 1997.
- _____. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, Editora da UnB, 2001a.

- _____. (2001b) A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: Magalhães, Célia (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte, UFMG, 2001, p. 31-81.
- _____. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London, Routledge, 2003a.
- _____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación em ciencias sociales. In: Wodak, Ruth; Meyer, Michael (comp.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona, Gedisa, 2003b, pp. 179-204.
- GIDDENS, A. *As consequências damodernidade*. 2ª ed. São Paulo, UNESP, 1991.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid, Cátedra, (1986) 2011.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. *A dinâmica da violência*. São Paulo, Vértice, 1987.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Socioconstruccionismo: discurso e identidade social*. In: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.). *Discursos de Identidades*. Campinas, Mercado de Letras, p. 13-38, 2003.
- _____. *Identities Fragmentadas. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, Mercado de Letras, 2002.
- PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: E. R. Pedro (org.). *Análise Crítica do Discurso: Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*. Lisboa, Caminho, 1997, p. 19-46.
- SANTOS, J. V. T. dos. A Violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Estado e Sociedade*. Brasília, Editora da UNB, 1986.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- VAN DIJK, T. A. Discourse, Power and Access. In CALDAS-COULTHARD, C. R. & COULTHARD, M. (Eds.). *Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis*. London and New York, Routledge, p.p 85-104, 1991.
- _____. *Discurso, Poder y Cognición Social*. Cali, Editorial Facultad de Humanidades, 1994.
- _____. Semântica do Discurso e Ideologia. In: Emília Ribeiro Pedro, (org.). *Análise Crítica do Discurso: Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*. Lisboa, Caminho, p.p 105-168, 1997.
- _____. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo, Contexto, 2004.
- _____. *Discurso e poder*. São Paulo, Contexto, 2008.
- VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Serie Población y Desarrollo n° 17. Santiago de Chile, CEPAL, 2001.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ, Vozes, p. 7-72, 2000.